

**HABEAS CORPUS Nº 493.840 - SC (2019/0045841-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ADRIANO MINOR UEMA  
**ADVOGADO** : ADRIANO MINOR UEMA - PR033413  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ROBERTO SEDREZ DE SOUZA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBERTO SEDREZ DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (4002433-02.2019.8.24.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso preventivamente no dia 22/8/2018 pela suposta prática do crime descrito no art. 171, *caput*, c/c art. 29, na forma do art. 71 (por pelo menos 5 vezes), todos do CPB, porque, juntamente com sua esposa, utilizando-se de confiança de uma vítima, efetuou diversas negociações referentes a automóveis que, mesmo depois do pagamento, não foram entregues aos respectivos compradores (e-STJ fls. 32/34).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem alegando, em síntese, que o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de realização de interrogatório dos réus diante da pendência de retorno das cartas precatórias expedidas anteriormente. Afirmou que foi deferido pedido de prisão domiciliar e estaria pendente de cumprimento a carta precatória expedida para a comarca de Curitiba/PR, não havendo previsão para o encerramento da instrução processual, o que configuraria constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa. Alegou que a defesa não contribuiu para a demora processual e que não houve qualquer descumprimento das condições impostas ou cometimento de ilícitos desde o início da persecução criminal (e-STJ fl. 58).

O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 56):

*HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO*

*PREVENTIVAMENTE (PRISÃO DOMICILIAR) E DENUNCIADO PELA SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME TIPIFICADO NOS ARTS. 171, CAPUT, C/C 29, NA FORMA DO 71 (POR AO MENOS CINCO VEZES), TODOS DO CÓDIGO PENAL. AVENTADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL QUE COMPREENDE DOIS RÉUS E DIVERSAS VÍTIMAS, COM AMPLA PRODUÇÃO PROBATÓRIA E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA OITIVA DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS A EVIDENCIAR A COMPLEXIDADE DO FEITO. INTERROGATÓRIOS JÁ REALIZADOS. AUSÊNCIA DE PARALISAÇÃO INJUSTIFICADA. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. PRETENSÃO REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR, CONCEDIDA EM RAZÃO DE CONDIÇÕES DE SAÚDE DO RÉU. INVIABILIDADE. MEDIDA QUE VISA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA DIANTE DA POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. ACUSADO MULTIRREINCIDENTE ESPECÍFICO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA NO JUIZ DA CAUSA. ORDEM DENEGADA.*

Na presente oportunidade, o impetrante reafirma as alegações anteriores, asseverando que o paciente tem família constituída, domicílio fixo, atividade lícita e boa conduta social e moral, destacando ter um filho adotivo de 5 anos de idade e que sua segregação já dura mais de 180 dias.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, alternativamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de

urgência.

O Tribunal não entendeu haver excesso de prazo na formação da culpa, motivo pelo qual manteve a segregação cautelar para a proteção da ordem pública, como se depreende do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fls. 64/65, grifei):

*Desta forma, observado que o trâmite do feito vem seguindo com celeridade, com instrução próxima ao fim, não se cogita da concessão de liberdade ao paciente pelo aventado excesso de prazo.*

*Ressalta-se, ainda, que foi concedida ao paciente prisão domiciliar em razão de problemas de saúde que impossibilitaram seu tratamento no ergástulo público - "[...] interno não vem exercendo atividades laborais na unidade prisional, mantém-se em repouso, queixa-se de fortes dores nos membros inferiores edemaciados com dificuldade para deambular. Algia em hemitórax com parestesia em membro superior esquerdo não continua com picos de ansiedade em cada episódio [...]" (p. 1308 dos autos de origem).*

*Desta forma, as teses de que sua família "[...] depende diretamente do seu sustento material para sobreviver [...]" e de que "[...] além de terapeuta, é também vendedor autônomo de veículos [...]" (p. 03) revelam, em cognição sumária, certa estranheza: a uma porque não teria condições físicas de exercer atividade laborativa; e a duas porque a 'venda' de veículos tem imediata correlação com os crimes que lhe são imputados, uma vez que consta da denúncia que "[...] mancomunado com sua esposa [...] ludibriaram as vítimas, mantiveram-nas em erro acerca da venda de veículos que possivelmente inexistiam, levando-as a adimplir quantias sem a entrega posterior dos bens móveis, obtendo a dupla, dessa forma, vantagem ilícita em prejuízo alheio [...]" (p. 33).*

*Por fim, destaca-se o princípio da confiança no Juiz do processo, segundo o qual o Magistrado a quo, próximo aos fatos e sabedor de suas peculiaridades, é capaz de aferir a real necessidade da medida aplicada, sendo que no caso concreto consta expressamente das informações prestadas: "[...] Informo ainda, que o paciente Roberto Sedrez de Souza é pessoa já condenada neste juízo por crimes idênticos (contra várias vítimas), sem qualquer reparação de danos até o momento, o qual costuma agir da seguinte forma: oferece supostos veículo recuperados e obtidos por meio de leilões, por valor relativamente inferior ao preço de tabela, angariando assim potenciais clientes, os quais, depois de contato e engodo,*

*acabam por depositar quantias consideráveis em conta corrente indicada e não recebem os veículos vendidos, nem recuperam as quantias depositadas. Mesmo já condenado, continua a prática delituosa. [...]" (pp. 61/62).*

*Logo, resta evidenciada a necessidade da segregação para garantia da ordem pública diante da possibilidade concreta de reiteração delitiva, razão pela qual é inviável sua substituição por medidas cautelares diversas.*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator